



A Economia Portuguesa no Século XIX. Crescimento Económico e Comércio Externo 1851-1913

Autor: Pedro Lains

Editorial: Imprensa Nacional Casa da Moeda (Lisboa)

Año: 1995

ISBN: 972-27-0763-9

Páginas: 273

A carreira ímpar de Pedro Lains pela História económica foi marcada, ao longo de cerca de trinta anos, pela procura das razões do atraso económico português e pelo esforço para a internacionalização da história económica portuguesa, sendo pesados e inesperados a notícia do seu desaparecimento recente. Esta resenha apresenta-se, por isso, como uma homenagem e como

um estímulo para a (re)leitura da sua vasta obra.

O trabalho que aqui revisitamos, *A Economia Portuguesa no Século XIX. Crescimento Económico e Comércio Externo 1851-1913*, tendo ascendido ao estatuto de clássico da historiografia económica portuguesa, constituiu uma mudança na abordagem à temática do atraso económico português e foi o resultado da conclusão do doutoramento no Instituto Universitário Europeu em Florença, em 1992. O objeto deste estudo não era particularmente novador: o debate em torno do atraso económico português não só marcara os principais trabalhos na área ao longo dos trinta anos que a democracia conhecia, como as suas raízes se podiam encontrar no debate recorrente sobre a decadência portuguesa que ocorreu intensamente a partir do século XIX.

Aquando da publicação deste trabalho, uma tese era dominante: a de que o atraso económico português se devia à excessiva dependência da economia portuguesa ao exterior, nomeadamente à Grã-Bretanha, resultando daí determinantes com poder explicativo, tais como uma excessivamente especialização agrícola ou uma estagnação do setor industrial que resultava de políticas livre-cambistas imposta ao país pelas mesmas razões. São estes os elementos que Pedro Lains se propõe refutar.

Mais do que apresentar teses alternativas, a proposta do autor é a de referendar a capacidade explicativa da tese da dependência externa, em particular a tese de Miriam Halpern Pereira presente na obra *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico* (1971), con-

forme é assumido pelo autor. Para sustentar a sua perspectiva, o autor recorre a metodologias que vinham a ser implementadas pela designada Nova História Económica desde a II Guerra Mundial. A face mais evidente dessa abordagem é a utilização de novos dados quantitativos sobre a evolução, a composição e a distribuição do comércio externo, os níveis de proteção alfandegárias e a pesquisa de indicadores de crescimento económico, trazendo assim uma nova leitura sobre questões como o peso da ingerência britânica, a profundidade e os efeitos da implementação de uma política livre-cambista e o comportamento da agricultura e da indústria portuguesa e o papel do comércio.

Através da prática de uma abordagem quantitativa, o autor propõe-se desmontar os principais argumentos que sustentam a tese da dependência externa e opor à mesma a ideia de que Portugal cresceu de acordo com o seu potencial económico. Em primeiro lugar, com o recurso a dados atualizados sobre a evolução do Produto português, o autor afere que ao contrário do que anteriormente se supunha, Portugal não partia do mesmo nível de desenvolvimento que a teoria da dependência externa considerara, tendo um nível de rendimento relativamente menor daquele que se pressupunha para as décadas de 1870 e 1880, assim como a taxa de crescimento anual do PIB até 1913 foi igualmente baixa (0,8% ao ano), conforme era aceite nos principais estudos portugueses sobre o tema.

O mesmo recurso à quantificação serviu-lhe de suporte para contrariar a tese de que a estagnação da Indústria portu-

guesa se devia à prossecução de políticas de livre-câmbio introduzidas entre 1852 e 1892, uma opção que teria inundado Portugal de produtos industriais ingleses e contribuído para a estagnação da indústria portuguesa. Pedro Lains defende, de forma oposta, que o comportamento da indústria portuguesa entre 1851 e 1913 terá sido superior ao anteriormente considerado, sustentando a sua abordagem num índice de produção industrial construído com base nas estatísticas de importação de matéria-prima para a indústria. O autor aproxima-se, desta forma, de abordagens análogas de Manuel Villaverde Cabral (1979), Armando de Castro (1971) e Joel Serrão (1978), que elencaram alguns períodos de intensa industrialização, e sobretudo da perspectiva de Jaime Reis (1986) quando afirma que o crescimento do produto industrial foi próximo do seu potencial máximo. Para além disto, Lains contesta que Portugal tenha implementado políticas livre-cambistas, mantendo níveis consideráveis de protecionismo, sustentando a sua argumentação num rol de novos dados retirados da análise de pautas aduaneiras.

No que respeita à agricultura, a preferência metodológica de Lains por dados quantitativos permitem-lhe opor à tese da dependência externa na agricultura e a ideia de que a dependência da Grã-Bretanha teria conduzido a agricultura a uma especialização excessiva, uma argumentação assente em novas cronologias da evolução da agricultura, mormente a oposição entre o período positivo que se estendeu até à década de 1880, marcado pela

emergência de um setor agrícola direcionado para a exportação, e o período seguinte, quando as condições nos mercados externos se alteraram negativamente. Como os mercados externos não puderam ser substituídos pelo mercado interno, em função da sua reduzida dimensão, a agricultura declinou e arrastou os efeitos positivos introduzidos com a Regeneração.

Esta questão da especialização da economia portuguesa, assim como a sua relação com a dependência externa e com o comércio, surge especialmente tratada pelo autor, que parte da constatação de que a capacidade de exportar depende da capacidade de determinados sectores produtivos de cada país, a qual está subordinada dos níveis médios de produtividade que são, por sua vez, uma função do rendimento *per capita*. Ou seja, o conceito de que o rendimento das exportações depende também do crescimento do rendimento per capita leva Lains a concluir que os mercados externos afinal não terão sido tão importantes para o comportamento da agricultura e da indústria portuguesa, argumentação a que faz acrescer a já mencionada inexistência de políticas de comércio livre, pilar da perspectiva da dependência.

Por fim, a argumentação que Portugal cresceu de acordo com o seu potencial económico é referendada pela via da comparação entre o caso português e a condição económica de outros países que o autor considerou terem um ponto de partida análogo. Por isso compara os níveis de produtividade de Portugal com os dos países escandina-

vos, concluindo que estes conseguiram ter mais sucesso na sua inserção na economia internacional, dado que tendo maiores níveis de especialização da sua produção, alcançaram, consequentemente, maiores ganhos na produtividade e taxas de crescimento mais elevadas, recuperando o atraso que os separava dos países mais desenvolvidos. O autor alicerça a sua argumentação na ideia de que diferentes níveis podem conduzir a diversos níveis de desenvolvimento económico e de que era necessário um determinado estágio de desenvolvimento para se proceder ao *take off* industrial, desenvolvidas respetivamente por Gerschenkron e Kuznets, nomes maiores da Nova História Económica.

Passados quase trinta anos da sua publicação, torna-se evidente que a análise da obra *A Economia Portuguesa no Século XIX. Crescimento Económico e Comércio Externo 1851-1913*, não deve ser realizada de forma isolada, mas deve considerar o percurso de Pedro Lains durante as três décadas seguintes, materializado num conjunto de obras que reveem e amplificam as principais ideias desta obra e tornam obsoleta e caricata uma análise que vá além da recomendação de leitura.

Considerando os elementos argumentativos utilizados em 1992, os mesmos que Lains viria a atualizar ao longo dos anos seguintes, sugerimos primeiramente, no que respeita à questão da implementação de políticas livre-cambistas ou protecionistas e a sua influência no atraso económico português, a leitura do trabalho “Portugal’s Growth Paradox, 1870-1950” (2004),

na qual o autor revê a questão da dicotomia livre-cambismo/proteccionismo e a sua relação com a evolução da economia portuguesa contemporânea.

A mesma autocrítica foi efetuada pelo autor no que respeita à problemática do potencial económico numa perspetiva comparada. A este respeito o autor procedeu a uma revisão dos países que considerava estarem em situação análoga a Portugal terem diminuído a diferença económica para os países mais desenvolvidos e Portugal não, afastando a realidade portuguesa de segunda metade do século XIX daquela que pautava os países escandinavos, mormente no artigo “Southern European Economic Backwardness Revisited: The Role of Open Economy Forces in Portugal and the Balkans, 1870-1913” (2002).

Por fim, os trabalhos produzidos pelo autor depois de 1992 vieram também complementar e atualizar algumas das perspetivas menos consideradas em *A Economia Portuguesa no Século XIX. Crescimento Económico e Comércio Externo 1851-1913*, em particular a ampliação da capacidade explicativa da abordagem institucional do atraso económico português, conforme podemos verificar nas obras “Catching-Up to the European Core: Portuguese Economic Growth, 1910-1990” (2003), “New Wine in Old Bottles: Output and Productivity Trends in Portuguese Agriculture, 1850-1950” (2003) ou *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992* (2003), (re)leituras que se recomendam agora.

Renato Pistola

Instituto de Ciências Sociais

Bibliografia

- Bairoch, Paul, 1969. *Working Population and Its Structure*. Gordon & Breach, s. l.
- Bonifácio, Maria de Fátima, 1987. “Comercio externo e política pautal na 1ª metade do séc. XIX (Commerce extérieur et politique douanière pendant la première moitié du XIX siècle)”, *Ler História*, 10, pp. 75-108.
- Cabral, Manuel Vilaverde, 1979. *Portugal na alvorada do século XX: Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*. A Regra do Jogo, Lisboa.
- Castro, Armando de, 1971. *A revolução industrial em Portugal no século XIX*. Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- Crafts, N. F. R., 1984. “Patterns of development in nineteenth century Europe”, *Oxford Economic Papers*, 36:3, pp. 438-458.
- Gerschenkron, Alexander, 1962. *Economic Backwards in Historical Perspective: A Book of Essays*. Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, MA.
- Lains, Pedro, 1995. *A economia portuguesa no século XIX: crescimento económico e comércio externo, 1851-1913*. Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.
- Lains, Pedro, 2002. “Southern European economic backwardness revisited: The role of open economy forces in Portugal and the Balkans, 1870-1913”, *Scandinavian Economic History Review*, 50:1, pp. 24-43.
- Lains, Pedro, 2003. “Catching up to the European core: Portuguese economic growth, 1910-1990”,

- Explorations in Economic History*, 40:4, pp. 369-386.
- Lains, Pedro, 2003. *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História de Portugal, 1842-1992*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- Lains, Pedro, 2003. *Portugal's growth paradox, 1870-1950*. Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto.
- Palma, Nuno e Jaime Reis, 2019. "From convergence to divergence: Portuguese economic growth, 1527–1850", *The Journal of Economic History*, 79:2, pp. 477-506.
- Pereira, Miriam Halpern (1983). *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico-Portugal na segunda metade do século XIX*. Sá da Costa, Lisboa.
- Reis, Jaime, 1986. "A produção industrial portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice", *Análise Social*, 22:94, pp. 903-928.
- Serrão, Joel e Gabriela Martins, 1978. *Da indústria portuguesa: do antigo regime ao capitalismo: antologia*. Livros Horizonte, Lisboa.